

A OLIVETTIVIDADE DO PROLETARIADO CLICANTE

Rogério Lopes de Souza¹.

¹UFSCar, São Carlos, SP.

<http://lattes.cnpq.br/0355594501847563>

ÁREA TEMÁTICA: Gestão pública e trabalho em educação.

RESUMO: Este capítulo analisa a *olivettividade* do proletariado clicante como categoria crítica para compreender o trabalho dos técnicos-administrativos em educação nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. A reflexão parte da relação entre digitalização, produtivismo, superqualificação, invisibilidade institucional e subaproveitamento do conhecimento. A pesquisa adota abordagem qualitativa, teórico-bibliográfica e documental, com base em estudos sobre experiência olivettiana, racionalização do trabalho, sociedade do cansaço, precarização, trabalhos esvaziados de sentido, gestão do conhecimento e produção acadêmica sobre TAEs. Argumenta-se que a digitalização, embora necessária, pode reduzir o trabalho qualificado a rotinas de operação de sistemas, formulários, tramitação de processos e comprovação de tarefas. Conclui-se que o desafio não está em rejeitar a tecnologia, mas em reorganizar o trabalho técnico-administrativo para que os sistemas digitais fortaleçam a inteligência institucional das IFES.

PALAVRAS-CHAVE: Técnicos-administrativos em educação. Superqualificação. Trabalho digital.

THE OLIVETTIVITY OF THE CLICKING PROLETARIAT

ABSTRACT: This chapter analyzes the olivettivity of the clicking proletariat as a critical category for understanding the work of technical-administrative staff in education in Brazilian Federal Institutions of Higher Education (IFES). The discussion is based on the relationship between digitalization, productivism, overqualification, institutional invisibility, and the underuse of knowledge. The research adopts a qualitative, theoretical-bibliographic, and documentary approach, drawing on studies about the Olivetti experience, work rationalization, the burnout society, precarity, meaningless jobs, knowledge management, and academic production on technical-administrative staff in education. It argues that digitalization, although necessary, may reduce qualified work to routines involving system operation, forms, process routing, and task verification. It concludes that the challenge is not to reject technology, but to

reorganize technical-administrative work so that digital systems strengthen the institutional intelligence of IFES.

KEYWORDS: Technical-administrative staff in education. Overqualification. Digital work.

INTRODUÇÃO

As IFES dependem de muitos tipos de trabalho para cumprirem sua função social. Ensino, pesquisa e extensão não acontecem apenas em salas de aula, laboratórios ou grupos de pesquisa. Também dependem de processos administrativos, registros, sistemas, editais, relatórios, compras, atendimento ao público, gestão de documentos, comunicação institucional e organização cotidiana. Nesse conjunto, os técnicos-administrativos em educação ocupam posição essencial, embora nem sempre reconhecida de forma adequada.

Nas últimas décadas, o trabalho técnico-administrativo nas instituições federais de ensino passou por mudanças importantes. A ampliação dos sistemas informatizados, a digitalização dos processos, o uso de plataformas institucionais e a busca por eficiência alteraram as rotinas administrativas. Muitas atividades antes realizadas em papel ou por contato direto passaram a ser mediadas por telas, formulários, planilhas, sistemas eletrônicos e fluxos digitais. Com isso, parte do trabalho passou a ser medida pela capacidade de alimentar sistemas, cumprir prazos e responder rapidamente às demandas institucionais.

Esse cenário trouxe avanços, mas também criou tensões. A tecnologia pode facilitar procedimentos, organizar informações e ampliar a transparência da gestão pública. No entanto, quando conduzida apenas como busca por velocidade e produtividade, pode intensificar o trabalho, aumentar o controle sobre as tarefas, fragmentar atividades e reduzir a autonomia dos servidores. O servidor qualificado corre o risco de ser tratado como operador de comandos, responsável por clicar, preencher, conferir, anexar, tramitar e comprovar.

É nesse ponto que este capítulo propõe a noção de “*olivetividade* do proletariado clicante”. A expressão parte da imagem histórica da Olivetti, empresa associada à máquina de escrever, ao trabalho de escritório, à inovação tecnológica e a uma cultura empresarial que buscou articular técnica, organização e valorização humana. Aqui, porém, a *olivetividade* não é nostalgia da máquina de escrever nem elogio simples ao passado industrial. Ela é usada como categoria crítica para pensar a passagem do antigo trabalho administrativo mecanográfico para o trabalho digital atual.

O “proletariado clicante” não designa um grupo sem qualificação ou sem vínculo formal. Ao contrário, refere-se a trabalhadores que muitas vezes possuem alta formação, experiência acumulada e capacidade de contribuir de modo mais amplo para a instituição, mas que têm parte de seu trabalho reduzida à execução de tarefas digitais repetitivas, burocráticas e pouco reconhecidas. No caso dos técnicos-administrativos em educação, essa condição se torna ainda mais contraditória porque muitos servidores buscam

graduação, especialização, mestrado e doutorado, mas nem sempre encontram espaço institucional para aplicar plenamente os conhecimentos adquiridos.

Assim, o problema central deste capítulo está na distância entre a qualificação crescente dos técnicos-administrativos em educação e o modo como seu trabalho é aproveitado nas IFES. A instituição incentiva a formação, reconhece formalmente a importância da qualificação e depende do conhecimento desses servidores para funcionar. Ao mesmo tempo, muitas vezes mantém esses trabalhadores presos a rotinas que não utilizam todo o seu potencial. O resultado é uma forma de subaproveitamento do conhecimento, na qual a capacidade intelectual do servidor convive com tarefas marcadas pela repetição, pela urgência e pela invisibilidade.

Este capítulo busca discutir a *olivetividade* como chave de leitura para compreender essa condição. A análise parte da relação entre trabalho administrativo, digitalização, superqualificação, invisibilidade e reconhecimento. O argumento central é que as IFES precisam de servidores cada vez mais qualificados, mas ainda tendem a organizar parte de seu trabalho como se bastasse cumprir comandos em sistemas. O desafio, portanto, não é recusar a tecnologia, mas repensar seu uso, para que o trabalho digital não empobreça o sentido do trabalho público nem desperdice o conhecimento dos servidores.

OBJETIVO

Este capítulo tem como objetivo analisar a *olivetividade* como categoria crítica para compreender a condição contemporânea dos técnicos-administrativos em educação nas IFES brasileiras, considerando a relação entre superqualificação, produtivismo digital, invisibilidade institucional e subaproveitamento do conhecimento.

Busca-se discutir como a digitalização dos processos administrativos, embora necessária, pode reduzir o trabalho qualificado a rotinas operacionais mediadas por sistemas, plataformas e fluxos eletrônicos. Também se pretende refletir sobre a distância entre a formação crescente dos TAEs e o aproveitamento de suas competências no cotidiano institucional.

Com isso, o capítulo procura demonstrar que o “proletariado clicante” não representa trabalhador sem qualificação, mas sujeito que, mesmo qualificado, pode ter sua atuação limitada por formas de organização do trabalho que privilegiam velocidade, controle e comprovação.

METODOLOGIA

Este capítulo adota abordagem qualitativa, de natureza teórico-bibliográfica e documental. O estudo tem caráter exploratório e interpretativo, pois busca compreender a condição contemporânea dos técnicos-administrativos em educação a partir da articulação entre trabalho administrativo, digitalização, superqualificação, reconhecimento profissional, gestão do conhecimento e crítica ao produtivismo.

Apesquisa bibliográfica foi realizada com base em obras e estudos sobre a experiência olivettiana, a racionalização do trabalho, a sociedade do desempenho, a precarização, os trabalhos esvaziados de sentido e os riscos associados ao mau aproveitamento do conhecimento nas organizações. Essas fontes permitem construir o referencial teórico necessário para compreender a noção de *olivettividade* e sua relação com o trabalho digital contemporâneo.

Também foram consideradas fontes específicas sobre técnicos-administrativos em educação, especialmente aquelas que discutem formação *stricto sensu*, incentivo à qualificação, aproveitamento das competências, invisibilidade das atividades-meio, sofrimento no trabalho, participação dos TAEs no ensino, na pesquisa e na extensão, além do uso de sistemas informatizados na gestão universitária.

Não se trata de pesquisa de campo com coleta direta de dados junto aos servidores. O capítulo se fundamenta na análise crítica de fontes já produzidas, selecionadas por sua relação com o problema investigado. A interpretação foi organizada em três eixos: a passagem simbólica da cultura olivettiana do trabalho para a racionalidade digital produtivista; a superqualificação dos TAEs e seu aproveitamento institucional; e os efeitos da digitalização, da invisibilidade e da intensificação sobre o sentido do trabalho técnico-administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão proposta parte de uma tensão central: IFES precisam de trabalho técnico-administrativo qualificado, mas nem sempre organizam esse trabalho de modo a aproveitar a formação, a experiência e a capacidade crítica dos TAEs. Essa tensão se torna mais clara diante da expansão dos sistemas digitais, da busca por produtividade e da exigência de respostas rápidas no cotidiano institucional. Nesse cenário, o trabalho deixa de ser apenas administrativo e passa a ser também informacional, digital e permanentemente registrado.

A imagem da Olivetti ajuda a pensar essa passagem. A empresa se tornou conhecida pela produção de máquinas de escrever, calculadoras e equipamentos de escritório, mas sua importância não se limitou aos objetos técnicos. A experiência olivettiana também se associou a uma ideia de trabalho em que tecnologia, cultura, organização e valorização das pessoas poderiam caminhar juntas (DALLOLIO, 2024; MAURO, 2009; DORIA, 2018). Por isso, a noção de *olivettividade* não deve ser entendida como saudade da máquina de escrever, mas como metáfora crítica: ela permite comparar uma cultura técnico-humanista do trabalho com uma cultura digital que, muitas vezes, valoriza mais o fluxo, a velocidade e a comprovação do que o sentido da atividade realizada.

Nas IFES atuais, a antiga mesa de escritório foi substituída por sistemas, plataformas, processos eletrônicos, planilhas, formulários e relatórios digitais. A mudança trouxe ganhos, como maior circulação de documentos, redução do uso de papel, padronização

de procedimentos e acompanhamento remoto de processos. O problema surge quando a tecnologia deixa de ser meio de apoio e passa a organizar o próprio sentido do trabalho. Nessa situação, o servidor deixa de ser reconhecido por sua capacidade de análise, mediação e construção institucional, e passa a ser cobrado principalmente por cumprir etapas, anexar documentos, preencher campos e atender prazos.

Esse processo se aproxima daquilo que Ritzer identifica como racionalização. Para o autor, a sociedade racionalizada tende a enfatizar eficiência, previsibilidade, calculabilidade, substituição da ação humana por tecnologias não humanas e controle da incerteza (RITZER, 1983). Esse movimento, porém, pode produzir efeitos contrários aos que promete. Ele define esse paradoxo como “irracionalidade da racionalidade” (RITZER, 1983, p. 100, tradução nossa), expressão que ajuda a compreender situações em que sistemas criados para simplificar rotinas geram novas exigências, novos controles, novos registros e novas formas de retrabalho.

Podemos pensar na irracionalidade da racionalidade de diversas maneiras. Em um nível mais geral, ela pode ser vista simplesmente como um rótulo abrangente para todos os efeitos negativos da racionalização. Mais especificamente, pode ser vista como o oposto da racionalidade, pelo menos em alguns de seus sentidos. Por exemplo, existem as ineficiências e imprevisibilidades que são frequentemente produzidas por sistemas aparentemente racionais. [...] o fato é que existem ineficiências notórias, como a burocracia excessiva, associadas ao funcionamento da maioria delas. (RITZER, 1983, p. 106, tradução nossa)

Esse ponto não conduz a uma crítica da tecnologia em si. Sistemas digitais são necessários para instituições grandes e complexas. A questão é o modo como são incorporados. Quando a digitalização é orientada apenas pela lógica da velocidade e do controle, sistemas criados para facilitar o trabalho podem gerar novas etapas, conferências, relatórios e formas de controle. A racionalização, nesse caso, não elimina o excesso de trabalho; apenas muda sua forma.

Nesse contexto, o termo “proletariado clicante” designa uma condição específica. Não se trata de proletariado clássico, sem estabilidade ou qualificação. Trata-se de trabalhadores que, mesmo inseridos em carreiras públicas e muitas vezes altamente qualificados, têm parte de sua atuação reduzida à execução de tarefas digitais repetitivas. O clique, nesse caso, não é apenas gesto técnico; simboliza a passagem de uma atividade que poderia mobilizar conhecimento, interpretação e decisão para uma atividade orientada por comandos previamente definidos.

A situação dos TAEs torna essa contradição ainda mais evidente. Estudos sobre a formação *stricto sensu* desses servidores indicam que a qualificação produz efeitos positivos na vida pessoal e profissional, incluindo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, autoestima e autorrealização (FARIA; SABINO, 2023). No entanto, também apontam dificuldades de conciliar trabalho e estudo, sobretudo quando não há

afastamento, além da necessidade de aproximar os resultados das pesquisas produzidas pelos servidores da gestão institucional (FARIA; SABINO, 2023). Isso mostra que a qualificação existe, mas seu aproveitamento nem sempre é automático.

Wiggers (2019), ao tratar do aproveitamento das qualificações dos TAEs, discute a necessidade de práticas de gestão capazes de reconhecer as competências desenvolvidas pelos servidores e de criar formas de utilizá-las no cotidiano institucional. Esse ponto é decisivo: a superqualificação dos TAEs não é apenas um dado individual, ligado à trajetória de cada servidor; é também um desafio de gestão do conhecimento. Quando a instituição não cria meios de utilizar esse conhecimento, transforma qualificação em potencial represado.

Martins e Lima (2020), ao analisarem a percepção de técnicos-administrativos mestres e doutores quanto ao ambiente institucional para desenvolvimento pessoal e profissional, mostram que os servidores pesquisados se sentem preparados e querem contribuir com a instituição, mas apontam limites no ambiente institucional. Esse dado reforça que a superqualificação não deve ser vista apenas como excesso de formação. Em muitos casos, ela expressa busca legítima por crescimento, reconhecimento e participação mais qualificada na vida institucional.

Nesse sentido, a *olivetividade* do proletariado clicante expressa uma contradição: a instituição incentiva, direta ou indiretamente, a qualificação dos servidores, mas nem sempre redesenha o trabalho para incorporar essa formação. O servidor estuda, pesquisa, escreve dissertações e teses, desenvolve competências, mas retorna a uma rotina em que seus saberes podem ser pouco utilizados. As IFES, assim, correm o risco de produzir conhecimento sobre si mesmas e, ao mesmo tempo, não o escutar.

A questão do incentivo à qualificação também precisa ser vista com cuidado. Schmidt, Gabe e Czarneski (2021) mostram que a aplicação da legislação relativa ao Incentivo à Qualificação pode enfrentar limites práticos, inclusive pela defasagem entre as áreas previstas em normas e a diversidade real dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino. Isso indica que o reconhecimento formal da qualificação nem sempre acompanha a complexidade das trajetórias formativas dos servidores. O incentivo financeiro é importante, mas não resolve sozinho o problema do aproveitamento do conhecimento.

Outro aspecto central é a invisibilidade do trabalho técnico-administrativo. Loureiro, Mendes e Silva (2018), ao estudarem assistentes em administração de uma IFES, identificam sofrimento relacionado ao estigma, à invisibilidade das atividades-meio e à intensificação do trabalho. O problema não está apenas na quantidade de tarefas, mas também na forma como essas tarefas são vistas. Muitas atividades técnico-administrativas só aparecem quando há erro, atraso ou falha. Quando tudo funciona, tendem a permanecer invisíveis.

Esse ponto permite compreender melhor a expressão “proletariado clicante”. O TAE não apenas clica. Ele sustenta fluxos institucionais que permitem o funcionamento da IFES. Interpreta normas, orienta estudantes, apoia docentes, organiza informações, instrui processos, acompanha editais, lida com conflitos, preserva memória administrativa e traduz

demandas institucionais em procedimentos concretos. Contudo, quando esse trabalho é reduzido ao registro digital, perde-se a dimensão intelectual, relacional e institucional da atividade.

A atuação dos TAEs nas atividades de ensino, pesquisa e extensão reforça essa leitura. Lima (2018) destaca que esses servidores são trabalhadores em educação e participam do planejamento, da organização, da execução e da avaliação de atividades ligadas ao tripé institucional. Oliveira e Araújo (2016) apontam que a participação dos técnicos administrativos na extensão universitária é atravessada por limites legais e institucionais que podem desestimular a atuação da categoria. Assim, a questão não é saber se os TAEs contribuem para a missão universitária, mas se essa contribuição é reconhecida, autorizada e aproveitada de forma adequada.

A discussão sobre sistemas informatizados também ajuda a compreender essa realidade. Gomes, Jesus e Hetkowski (2019) tratam da relação entre dado, informação, conhecimento e sistemas de gestão no espaço universitário. O trabalho técnico-administrativo contemporâneo não lida apenas com documentos; lida com dados que precisam ser organizados, interpretados, transformados em informação e usados para decisões. O problema é que nem todo sistema que armazena dados produz conhecimento institucional. Para isso, é preciso que os servidores que conhecem os processos participem da análise, da melhoria e do uso dessas informações.

A crítica de Graeber (2018) aos trabalhos sem sentido contribui para essa reflexão, desde que usada com cuidado. Não se trata de afirmar que o trabalho dos TAEs seja sem sentido. Ao contrário, muitas atividades técnico-administrativas são essenciais para as IFES. O que se aproxima da crítica de Graeber é a multiplicação de tarefas burocráticas que consomem tempo sem melhorar efetivamente a vida institucional: relatórios que ninguém utiliza, controles que duplicam controles anteriores, reuniões sem consequência e formulários que existem para comprovar que algo foi comprovado. Nesses casos, o sentido do trabalho é afetado não porque o servidor seja inútil, mas porque a organização pode produzir tarefas de baixa utilidade real. Graeber (2018) oferece exemplo útil para compreender rotinas institucionais em que relatórios, reuniões e registros consomem tempo sem produzir mudança concreta:

O projeto envolvia prestar um atendimento meramente formal aos clientes e realizar longas discussões com gestores em reuniões, antes de finalmente redigir um relatório que era elogiado, sobretudo porque era apresentado de forma atraente, pelos gestores na reunião. Em seguida, o relatório era arquivado[...]. (GRAEBER, 2018, p. 48-49, tradução nossa)

Essa passagem não afirma que o trabalho técnico-administrativo seja inútil. Ela ajuda a distinguir o trabalho necessário das rotinas que o empobrecem. No caso das IFES, o problema ocorre quando servidores qualificados dedicam parte expressiva de sua jornada a registros, relatórios, controles e fluxos digitais que comprovam formalmente a atividade, mas nem sempre melhoram o serviço prestado ou ampliam a capacidade institucional de

decisão.

A contribuição de Han (2015) aparece em outro plano. Se Graeber ajuda a pensar o esvaziamento do sentido do trabalho, Han permite refletir sobre a autoexigência do sujeito contemporâneo. Na sociedade do desempenho, o indivíduo passa a se cobrar cada vez mais, buscando formação, produtividade, eficiência e superação permanente. No caso dos TAEs, essa lógica pode aparecer na busca contínua por cursos, títulos, certificados e produtividade, muitas vezes como tentativa de obter reconhecimento ou de escapar da invisibilidade. A superqualificação, nesse sentido, pode ser ao mesmo tempo conquista e sintoma: conquista porque amplia repertórios e possibilidades; sintoma porque revela um ambiente em que o servidor precisa provar continuamente seu valor.

A noção de precariado, trabalhada por Standing (2011), também deve ser usada com cautela. Os TAEs das IFES não se confundem com o precariado em sentido estrito, pois possuem vínculo público, carreira formal e direitos estatutários. No entanto, algumas dimensões da precarização podem aparecer de modo simbólico, funcional e temporal. Há precarização simbólica quando o trabalho é desvalorizado; precarização funcional quando a qualificação não é aproveitada; e precarização temporal quando a digitalização amplia a pressão por disponibilidade, resposta rápida e acúmulo de demandas.

A *olivettividade* também pode ser lida como risco de conhecimento nas IFES. Durst e Zieba (2020) discutem os riscos ligados ao conhecimento nas organizações e indicam que a sustentabilidade organizacional depende da capacidade de reconhecer, proteger, compartilhar e utilizar adequadamente os saberes existentes. Aplicada ao caso dos TAEs, essa ideia mostra que o subaproveitamento da qualificação não prejudica apenas o servidor. Ele também reduz a capacidade da instituição de aprender, inovar e melhorar seus processos.

Dessa forma, a figura do proletariado clicante não deve ser interpretada como acusação ao servidor, mas como crítica à organização do trabalho. O problema não está no ato de clicar, preencher ou tramitar processos, pois essas atividades são parte necessária da administração pública. O problema surge quando a instituição passa a tratar o clique como centro do trabalho, esquecendo que por trás dele há análise, responsabilidade, experiência, memória e conhecimento.

Superar essa condição exige mais do que capacitação individual. Exige mudança na forma de gerir o trabalho técnico-administrativo. Isso inclui mapear competências, criar espaços para apresentação e uso das pesquisas produzidas pelos TAEs, reconhecer sua participação em ensino, pesquisa e extensão, revisar rotinas digitais desnecessárias, reduzir retrabalho, envolver servidores no desenho dos sistemas e valorizar a memória institucional que carregam.

Assim, a *olivettividade* do proletariado clicante revela uma contradição da IFES contemporânea. A instituição que produz conhecimento pode desperdiçar o conhecimento de seus próprios trabalhadores. A instituição que defende formação crítica pode organizar o

trabalho de parte de seus servidores de modo repetitivo e pouco reconhecido. Reconhecer essa contradição é passo necessário para transformar a digitalização em instrumento de fortalecimento institucional, e não em mecanismo de empobrecimento do trabalho público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo discutiu a *olivettividade* do proletariado clicante como forma de compreender mudanças recentes no trabalho técnico-administrativo das IFES brasileiras. A análise partiu da ideia de que a digitalização dos processos, embora necessária e muitas vezes positiva, também pode produzir efeitos negativos quando organiza o trabalho apenas pela lógica da velocidade, do controle, da comprovação e da produtividade.

A noção de *olivettividade* foi utilizada como metáfora crítica. Ela permite pensar a passagem do antigo trabalho de escritório, associado à máquina, ao papel e à escrita administrativa, para uma realidade marcada por sistemas, plataformas, formulários eletrônicos e fluxos digitais. O problema não está na tecnologia em si, mas na forma como ela pode reduzir o trabalho qualificado a tarefas repetitivas, fragmentadas e pouco reconhecidas.

Nesse contexto, o “proletariado clicante” não deve ser entendido como grupo sem formação ou sem importância institucional. A expressão aponta para uma contradição: muitos TAEs possuem alta qualificação, experiência acumulada e conhecimento relevante sobre a IFES, mas continuam tendo parte de sua atuação limitada à operação de rotinas burocrático-digitais. O servidor clica, preenche, anexa, tramita e confere, mas, muitas vezes, o conhecimento que sustenta essas ações permanece invisível.

A superqualificação dos TAEs, portanto, não pode ser vista apenas como conquista individual ou benefício funcional. Ela revela um desafio institucional. Quando as IFES incentivam a formação, mas não criam condições para aproveitar os saberes produzidos pelos servidores, ocorre desperdício de conhecimento. Esse desperdício afeta o trabalhador, que pode experimentar frustração e falta de reconhecimento, e a instituição, que deixa de usar parte importante de sua inteligência interna.

As fontes analisadas indicam que os TAEs participam de forma decisiva da vida universitária. Eles sustentam atividades administrativas, acadêmicas, informacionais e organizacionais sem as quais ensino, pesquisa e extensão não se realizam plenamente. Apesar disso, a categoria ainda enfrenta invisibilidade, estigma, intensificação do trabalho e limites para atuar de forma mais reconhecida em atividades ligadas à missão institucional da instituição federal.

Conclui-se que superar a *olivettividade* do proletariado clicante não significa rejeitar sistemas digitais ou negar a necessidade de eficiência na administração pública. Significa repensar o modo como o trabalho técnico-administrativo é organizado, reconhecido e aproveitado. A digitalização precisa servir ao trabalho humano e à inteligência institucional,

e não apenas ampliar controles, urgências e tarefas de comprovação.

A principal contribuição deste capítulo está em propor uma leitura crítica dessa contradição. O desafio não é transformar todo servidor qualificado em pesquisador formal, gestor ou docente, mas reconhecer que sua formação e sua experiência podem ampliar a qualidade da gestão, fortalecer a memória institucional e melhorar a relação entre trabalho administrativo e função social da universidade e instituto federal. Nesse sentido, a superação do proletariado clicante passa pelo reconhecimento do TAE como sujeito ativo de uma Instituição Federal de Ensino Superior, e não apenas como operador silencioso de seus sistemas.

REFERÊNCIAS

DALLOLIO, Galileo. La cultura olivettiana negli anni della grande digitalizzazione. In: CAPINERI, Lorenzo (ed.). **Olivetti: una complessità virtuosa**. Firenze: Firenze University Press, 2024. Cap. 2. p. 43-79. Disponível em: <https://books.fupress.com/catalogue/olivetti-una-complessita-virtuosa/14911>. Acesso em: 30 maio 2025.

DORIA, Marco. Olivetti. La parabola di un'industria italiana. **Electronic Journal Of Management**, Genoa, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2018. Disponível em: https://www.impresaprogetto.it/sites/impresaprogetto.it/files/articles/ipejm_-_2018-2_-_contributo_doria_0.pdf. Acesso em: 11 maio 2025

DURST, Susanne; ZIEBA, Malgorzata. Knowledge risks inherent in business sustainability. **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 251, p. 1-10, abr. 2020. Elsevier BV. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652619345408?via%3Dihub>. Acesso em: 07 jun. 2025.

FARIA, Vinícius Ferreira; SABINO, Geruza de Fátima Tomé. Formação *stricto sensu* de servidores técnico-administrativos em educação: percepção de gestores e servidores qualificados. **Revista Eletrônica de Educação**, [S.L.], v. 17, 2023. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3787>. Acesso em: 20 maio 2025.

GOMES, Kellen Lima; JESUS, Ana Lucia Paranhos de; HETKOWSKI, Tânia Maria. informação, sistemas informatizados e gestão: importância e desdobramentos no espaço universitário. In: ASSIS, Wanderlice da Silva et al (org.). **Gestão Pública: a visão dos técnicos administrativos em educação das universidades públicas e institutos federais**. Bauru: Gradus, 2019. Cap. 18. p. 278-289. Disponível em: <https://taepublicaartigoselivros.wordpress.com/6o-volume/>. Acesso em: 6 fev.

GRAEBER, David. **Bullshit Jobs: a theory**. [S.L.]: Penguin, 2018. 360 p. Disponível em: <https://cominsitu.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/09/david-graeber-bullshit-jobs-a-theory-1.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2015. 42 p. Disponível

em: http://psico.cinead.org/wpcontent/uploads/2021/10/HAN_BYUNG_CHUL_Sociedade-do-cansac%CC%A7o.pdf. Acesso em: 11 maio 2025.

LIMA, Sílvia Elaine Almeida. O papel dos técnico-administrativos em educação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. In: CABRAL, Bruno Rodrigues et al. **GESTÃO PÚBLICA: a visão dos técnicos administrativos em educação das universidades públicas e institutos federais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. Cap. 19. p. 343-358. Disponível em: <https://taepublicaartigoselivros.wordpress.com/5o-volume/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

LOUREIRO, Thiago; MENDES, Glauco Henrique de Sousa; SILVA, Eduardo Pinto e. Estigma, invisibilidade e intensificação do trabalho: estratégias de enfrentamento do sofrimento pelos assistentes em administração. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 703-728, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/kxDFMzLYxTyZNsBTQrwByCq/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2025

MARTINS, Josmar do Nascimento; LIMA, Isaura Alberton de. A percepção dos técnico-administrativos da UFPR, mestres e doutores quanto ao ambiente institucional para o desenvolvimento pessoal e profissional. **Revista Brasileira de Administração Científica**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 107-120, 29 fev. 2020. Editoriais Iberoamericanos. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340585172_A_percepcao_dos_tecnico-administrativos_da_UFPR_mestres_e_doutores_quanto_ao_ambiente_institucional_para_o_desenvolvimento_pessoal_e_profissional. Acesso em: 12 out. 2025.

MAURO, Raffaele. Il modello Olivetti: tecnologia e cultura come assi dello sviluppo aziendale (1946-1960). 2009. 182 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Storia Economica e Sociale, Università Bocconi, [S.L.], 2009. Disponível em: <https://tesidottorato.depositolegale.it/handle/20.500.14242/168848>. Acesso em: 11 maio 2025

OLIVEIRA, Ana Maria Silva; ARAÚJO, Fernanda Simões Braga. A participação dos técnicos administrativos na extensão universitária: como ausência de autorização legal desestimula a atuação da categoria. In: RIMÁ, Jacqueline de Castro et al (org.). **Gestão Pública: a visão dos técnicos administrativos em educação das universidades públicas e institutos federais**. São Carlos: Pedro & João, 2016. Cap. 14. p. 201-214. Disponível em: <https://taepublicaartigoselivros.wordpress.com/3o-volume-2/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

RITZER, George. The “McDonaldization” of Society. **Journal Of American Culture**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 100-107, 1983. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/1542734xa/1983/6/1>. Acesso em: 06 jun. 2025.

SCHMIDT, Clarice; GABE, Priscila Thiel; CZARNESKI, Flávia Regina. Incentivo à qualificação dos servidores técnico-administrativos em educação: incentivo à quado ponto de vista legal à prática em uma IFES. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 111-137, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/issue/view/1908>. Acesso em: 25 abr. 2025.

STANDING, Guy. **The Precariat: the new dangerous class**. New York: Bloomsbury, 2011.

209 p.

WIGGERS, Mabel Fátima Schleder Cezar. Estudo sobre o aproveitamento das qualificações dos servidores técnico-administrativos em educação. 2019. 219 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/211559>. Acesso em: 25 abr. 2025